



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 59980/2024**

**PROJETO DE LEI Nº 2679/2024**

**CÓDIGO VERIFICADOR Nº 43LIHQY6**

**EMENTA:** “*Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma em que especifica abaixo.*”

**INICIATIVA: PREFEITO**

**PARECER LEGISLATIVO Nº 98 /2024**

**I – DO RELATÓRIO**

Encaminha o Senhor Prefeito para apreciação desta Câmara Municipal projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de R\$ 5.000,00 (*cinco mil reais*).

Justifica o Senhor Prefeito que:

*Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egregia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação o Projeto de Lei nº 2.679/2024, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.*

*O Crédito Adicional Especial por Anulação parcial de dotação solicitado faz-se necessário para dar suporte ao orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura, uma vez que a dotação 339093 - Indenizações e Restituições não foi prevista no orçamento 2024, e portanto, é necessária sua criação através*





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*deste Projeto de Lei, A SMAG solicita urgência no referido PL, pois já possui em aberto o Processo Administrativo para pagamento de franquias de locadoras de veículos.*

Após breve relatório, segue análise jurídica.

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI**

De acordo com o art. 40, parágrafo único, “b” e art. 56, III da Lei Orgânica do Município, compete ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei e enviá-los à Câmara Municipal.

O art. 10, II, da L.O.M.A., estabelece competências, vejamos:

*Art. 10 – Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:*

*II – orçamento e a abertura de créditos especiais e suplementares.*

O art. 41, II da Lei 4.320/64, estabelece classificação de créditos adicionais especiais:

*Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.*

O art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração, alteração e controle dos orçamentos dos Municípios, Estado, União. Vejamos o dispositivo legal citado:

*“Art. 43 A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

*§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I – o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II – os provenientes de excesso de arrecadação;*

*III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;” (grifamos)*

A Constituição Federal determina em seu art. 167, V:

*Art. 167. São vedados:*

.....

*V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

Segundo o saudoso autor Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro*, 17ª edição, p. 771, os Créditos Especiais destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam a acorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da reserva de contingência e a abertura desses créditos dependem de recursos disponíveis para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa.

O §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, considera os recursos para fins de abertura de crédito especial aqueles não comprometidos. Entende-se como recursos comprometidos aqueles que em razão de contratos, convênios ou leis são destinados a atender a despesas obrigatórias, tais como pessoal, amortizações de empréstimos, juros.

O art. 2º da presente proposição anula parcialmente dotações específicas para fins de readequação dos valores da abertura de crédito.





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

Insta mencionar que a presente proposição não traz a devida previsão de alteração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual para fins de readequação dos valores de abertura de crédito.

**CONTUDO, na mensagem encaminhada pelo Prefeito justifica que a presente alteração orçamentária apenas altera valores entre elementos de despesa da mesma ação, sendo assim, não promove quaisquer alterações na LOA, LDO e PPA. Desta feita, não é necessária a alteração das referidas leis orçamentárias.**

O presente Projeto de Lei vem acompanhado do Ofício Externo nº 1609/2024, Projeto de Lei nº **2.679**, de 9 de abril de 2024, Comprovante de abertura, Comprovante de envio e Folha de informação.

Ademais, em consulta eletrônica ao Processo (Processo nº 43307/2024 e código verificador G6YBK4NG), verificamos que constam os seguintes documentos: 1- Parecer PGM nº 404/2024; 2 - Relatório do Secretário Municipal de Governo; 3- Solicitação de Alteração Orçamentária da LOA;

### **III – DA CONCLUSÃO**

Cumpramos ressaltar que a presente proposição segue as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, desta forma, em atendimento à boa técnica legislativa.

Diante do previsto no art. 52, I e II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **da Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento** as quais caberão lavrar os pareceres ou solicitarem informações que entenderem necessárias.

**É o parecer.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

Diretoria Jurídica, 26 de setembro de 2024

**IVANDRO NEGRELO MOREIRA**  
**OAB/PR Nº 73455**

**ANDREIA MAZUR DE SOUZA**  
**ASSESSORA DE SECRETARIAS**  
**OAB/PR 73.291**

**LETHICIA CAROLINA BATISTA CEOLIN**  
**ESTAGIÁRIA DE DIREITO**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/09/2024 13:44-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p66f587fd85b1>.  
POR ANDREIA MAZUR DE SOUZA - (047.470.079-89) EM 26/09/2024 13:44

